

Rectificação n.º 1970/2007

Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 21 061/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 176, de 12 de Setembro de 2007, a pp. 26 542 a 26 544, rectifica-se que, no n.º 3, onde se lê, «Autorizo a subdelegação [...] no referente às competências referidas nos n.ºs 1.26, 1.27, 1.29 e 1.51, nos directores de finanças» deve ler-se «Autorizo a subdelegação [...] no referente às competências referidas nos n.ºs 1.26, 1.27, 1.29 e 1.52, nos directores de finanças».

2 de Novembro de 2007. — O Secretário-Geral, *J. A. Mendonça Canteiro*.

Direcção-Geral dos Impostos**Despacho n.º 26 274/2007**

De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri do concurso de selecção para o provimento do cargo de chefe de divisão de Justiça Contenciosa (DJC) da Direcção de Finanças de Lisboa apresentou a proposta de nomeação de Isabel Maria de Sousa Alves como sendo a candidata que possui maior competência técnica e aptidão para o exercício do referido cargo, correspondendo ao perfil exigido.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, concordo com a proposta do júri, pelo que nomeio no cargo de chefe de divisão de Justiça Contenciosa (DJC) da Direcção de Finanças de Lisboa, em comissão de serviço e pelo período de três anos, a técnica economista principal Isabel Maria de Sousa Alves, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

22 de Outubro de 2007. — O Director-Geral, *José A. de Azevedo Pereira*.

Curriculum**1 — Identificação:**

Nome — Isabel Maria de Sousa Alves;
Filiação — Porfírio Alves Júnior e Teresa de Sousa Fernandes;
Naturalidade — Moçambique;
Data de nascimento — 10 de Setembro de 1951;
Nacionalidade — portuguesa;
Estado civil — divorciada.

2 — Situação profissional — técnica economista principal da DGCI colocada na DF de Lisboa.

3 — Formação académica:

Licenciatura e bacharelato em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Frequência do 3.º ano do curso de Economia da Universidade de Lourenço Marques, Moçambique, com aproveitamento em nove disciplinas anuais do curso;

Curso de habilitação preparatória para ingresso no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Instituto Comercial de Lourenço Marques;

Curso Comercial — Escola Comercial de Lourenço Marques, Moçambique.

4 — Formação profissional:

Frequência de acções de formação e seminários ministrados pelo Centro de Formação da DGCI e por outras entidades com influência no desempenho das funções quer operativas quer de direcção, nomeadamente:

Seminários para dirigentes; seminário de alta direcção, Lei n.º 2/2004 — (INA); dinamizar, gerir e construir o ideal; gestão por objectivos; gerir, motivar e garantir o sucesso das equipas; gerir com inteligência emocional; liderança e gestão de equipas; *information mapping*; *data warehouse*; fraude e evasão fiscal (estudos de casos); novo contencioso administrativo; procedimentos cautelares; curso de formação para formadores; consolidação financeira e fiscal, entre outras.

5 — Experiência profissional:**1) Cargos de direcção, chefia ou coordenação exercidos:**

Chefe da Divisão de Justiça Contenciosa, da Direcção de Finanças de Lisboa, nomeada em 11 de Fevereiro de 2003, publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 6 de Março de 2003;

Chefe de divisão da então Divisão de Justiça Contenciosa, da ex 2.ª Direcção de Finanças de Lisboa, nomeada em Maio de 2002, publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 26 de Julho de 2002;

Chefe de equipa das reclamações e recursos hierárquicos 1, da Divisão de Justiça Administrativa, da ex 2.ª Direcção de Finanças de Lisboa, nomeada 21 Maio de 2001, publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 11 de Julho de 2002;

Secretária do conselho directivo e vice-presidente do conselho administrativo da Escola Secundária de Mafra de 1985 a 1987;

2) Progressão na carreira:

Técnica economista principal da DGCI desde 11 de Março de 2004; Técnica economista de 1.ª classe da DGCI desde 20 de Maio de 1998;

Técnica economista de 2.ª classe da DGCI de 3 de Março de 1988 a 19 de Maio de 1998;

Técnica economista estagiária da DGCI de 1 de Novembro de 1987 a 2 de Março de 1988;

Professora do ensino secundário de 1 de Outubro de 1981 a 31 de Outubro de 1987;

Funcionária do Instituto de Crédito de Moçambique (1974-1976);

3) Outras competências:

Tutora de três estagiários, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública — PEPAP, entre Maio de 2006 e Maio de 2007;

Orientadora da fase prática do estágio dos candidatos a inspectores tributários licenciados em Direito afectos à área da Divisão de Justiça Contenciosa e Representação da Fazenda Pública, aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34 de 17 de Fevereiro de 2005;

Integrou em Janeiro de 1996 o grupo de técnicos nomeados para o Gabinete de Apoio Jurídico Económico (GAJE) do director de Finanças de Lisboa;

Nas comissões de revisão, de 1993 e até 2003, como perito da Fazenda Pública, como delegado efectivo da Fazenda Pública da comissão permanente e como vogal representante da Fazenda Pública.

Despacho n.º 26 275/2007

De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri do concurso de selecção para o provimento do cargo de chefe de divisão de Justiça Administrativa (DJA) da Direcção de Finanças de Lisboa, apresentou a proposta de nomeação de José Castro Marques como sendo o candidato que possui maior competência técnica e aptidão para o exercício do referido cargo, correspondendo ao perfil exigido.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, concordo com a proposta do júri, pelo que nomeio no cargo de chefe de divisão de Justiça Administrativa (DJA) da Direcção de Finanças de Lisboa, em comissão de serviço e pelo período de três anos, o inspector tributário principal, grau 5, do grupo de pessoal da administração tributária (GAT) José Castro Marques, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

22 de Outubro de 2007. — O Director-Geral, *José A. de Azevedo Pereira*.

Síntese curricular**Identificação:**

Nome — José de Castro Marques;
Data de nascimento — 16 de Maio de 1960;
Naturalidade — Castelo Branco;
Nacionalidade — portuguesa.

Categoria profissional — inspector tributário principal;

Habilitações académicas — licenciatura pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE) em Organização e Gestão de Empresas, concluída em 1983.

Outras habilitações:

Curso de pós-graduação em Fiscalidade ministrado pelo Instituto Superior de Gestão, no ano lectivo de 1998-1999;

Curso de formação pedagógica de formadores, concluído em Março de 2003;

Curso de pós-graduação em Fiscalidade Avançada realizado no IDEFF (Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa), no ano lectivo de 2005-2006.

Percurso profissional:

Chefe de divisão de Justiça Administrativa da Direcção de Finanças de Lisboa, como inspector tributário principal, de Fevereiro de 2003 até à presente data;